

**Ata da reunião ordinária da Câmara Municipal de Terras de Bouro,
realizada em 02 de julho de 2020**

Aos 02 dias do mês de julho do ano de dois mil e vinte, no Edifício dos Paços do Concelho e na sala de sessões da Câmara Municipal, compareceram os seguintes elementos que constituem o Executivo Municipal para o Quadriénio de dois mil e dezassete a dois mil e vinte e um: o Presidente da Câmara Municipal, Manuel João Sampaio Tibo e os vereadores, Adelino da Silva Cunha, Paulo Alexandre Vieira e Sousa, Ana Genoveva da Silva Araújo e Luís António de Sousa Teixeira. -----

O senhor Presidente da Câmara Municipal declarou aberta a reunião pelas dez horas. ---

De imediato foi colocada a votação a ata da última reunião que foi aprovada por unanimidade. -----

No período “antes da ordem do dia” o senhor Presidente da Câmara Municipal deu conhecimento aos senhores vereadores das decisões tomadas ao abrigo da delegação de competências da Câmara Municipal. -----

Logo após deu a conhecer aos senhores vereadores as atividades que decorreram e a decorrer no território concelhio. Assim, disse:-----

Que no próximo dia 3 de julho decorrerá, no auditório do ICNF, localizado no Vidoeiro, vila do Gerês, a reunião semanal do Centro Coordenador Operacional Distrital e que no dia 8, decorrerá no mesmo local uma reunião do Conselho Estratégico do Parque Nacional Peneda-Gerês, órgão de natureza consultiva, com o objetivo de apresentar o modelo de cogestão daquela área protegida e de dar informação sobre o protocolo de colaboração técnica e financeira entre o ICNF, os cinco municípios do PNPG e o Fundo ambiental, protocolo este que assegurará o suporte necessário ao arranque da Cogestão. -

Que se encontra a ultimar o modelo de protocolo a celebrar com a Gerês Viver Turismo e com as empresas e operadores da área do turismo, no sentido de apoiar a retoma económica deste setor. -----

Que iniciou a atividade, no passado dia 29 de junho, das oficinas de trabalho de verão. --

Que, por força da pandemia provocada pela COVID-19, foram canceladas as festas concelhias do corrente ano. -----

Que desde o início do corrente mês foi reposta as cobranças de bilhetes (a bordo e na compra de passes) na Rede Essencial de Transportes de Passageiros do Cávado. -----

Que se encontra a decorrer mais uma edição do concurso ‘Jovens Criadores’. -----

De seguida solicitou a presença do Sr. Dr. Cristóvão Carvalho, Chefe da Divisão de Turismo, Educação, Cultura e Desporto, a quem cedeu a palavra para, face à eventual participação do Sr. Dr. Paulo Sousa ao DIAP de uma contratação efetuada ao abrigo do projeto PNPG Go e que supostamente beneficiaria um órgão de comunicação social, esclarecer esta questão bem como o próprio projeto. -----

Usando da palavra o Sr. Dr. Cristóvão começou por fazer uma contextualização do projeto PNPG Go, referindo que se encontra a ser implementado pelas Sras. Dras. Ana Paula Correia e Fernanda Simões, há mais de um ano e meio. -----

Prosseguiu informando que o projeto surgiu na sequência de um plano de valorização do Parque Nacional da Peneda-Gerês elaborado pelo Governo, plano que inicialmente contemplava obras nomeadamente recuperação de saibreiras, recuperação de lixeiras, etc. -----

“Em reunião de avaliação final do projeto, na Ponte da Barca, foi-nos questionado quais os projetos de Terras de Bouro, sendo que nós não tínhamos nada. Numa semana aproveitando as atividades constantes do projeto GNOMON idealizamos a candidatura.” Disse. -----

De seguida apresentou uma síntese das diversas despesas que integram o projeto concluindo que se trata essencialmente imaterial de promoção e sensibilização da preservação do PNPG.-----

Por fim disponibilizou-se para esclarecer qualquer questão. -----

Retomando a palavra o senhor Presidente agradeceu o esclarecimento do Sr. Dr. Cristóvão e referiu que tal tem que ver com o pedido de documentos efetuado em tempos pelo Sr. Dr. Paulo Sousa, que estranhamente tenha remetido queixa ao DIAP sem ter pedido qualquer esclarecimento à Câmara Municipal. -----

Usou da palavra o Sr. Vereador, Dr. Paulo Sousa, referindo que se trata de um assunto que, agora, não tem muito interesse pois já se encontra noutra “estratosfera”. -----

De seguida afirmou não conhecer qualquer jornalista, reconhecendo que a publicação no “Semanário V” surge na sequência de uma publicação que o TBNP fez na rede social Facebook, que nada tem a ver com o projeto PNPG Go, mas com a compra do senhor jornalista, sendo que “O Amarense” faz publicações sistemáticas da Câmara Municipal.

Neste momento o senhor vereador solicitou a transcrição da publicação no Facebook para a presente ata, subscrevendo o seu conteúdo: -----

“LIBERDADE, COMUNICAÇÃO SOCIAL E PERFIS FALSOS NAS REDES SOCIAIS --

O movimento independente TERRAS DE BOURO NOSSO PARTIDO (TBNP) substituiu, no dia 25 de Abril do corrente ano, a figura da “corça” pelo Cravo Vermelho, símbolo maior do 25 de Abril de 1974, data que marca no Portugal moderno a LIBERDADE e a DEMOCRACIA. -----

Esta mudança não foi inocente. A maior conquista do 25 de Abril foi a liberdade de expressão, o fim da censura, o fim da propaganda fachista veiculada nos órgãos de comunicação social, o fim do corporativismo, o fim das publicações sociais e políticas clandestinas, a liberdade de opinião, de criação de movimentos políticos, etc.-----

Para que se possa refletir sobre este assunto, damos conhecimento do seguinte: a Câmara Municipal de Terras de Bouro paga, do dinheiro dos impostos dos portugueses e terra-bourenses, cerca de € 52.000,00, ao jornal AMARENSE (Alive, Unipessoal, Lda.) através de 2 projetos, cujo objetivo e benefício público são um redondo zero, mas

cujo objectivo principal, claro está, é a cobertura propagandística nos meios de comunicação social. -----

Quanto a esta faceta, há ainda a forte suspeita de que outros “projectos”, cujo alcance, ambíguo e abstrato, sirvam o mesmo propósito para outros órgãos de comunicação social. -----

Portanto, em Terras de Bouro, não há nem pode haver oposição política. -----

Em Terras de Bouro, o único veículo de liberdade e expressão do pensamento político, chama-se: Facebook-----

Tratando-se de uma rede social. Nesta pode-se encontrar tudo: perfis institucionais, políticos, comerciais, intelectuais, etc...e perfis falsos que, mesmo que sigam o pensamento de Oscar Wilde que afirmava que “O homem é menos ele mesmo quando fala na sua própria pessoa. Dê-lhe uma máscara e ele dirá a verdade.”, para TBNP, a existência e proliferação de destes perfis é absolutamente condenável.-----

TBNP não patrocina, não fornece nem recolhe informação, não alimenta nem fomenta a criação destas “personagens sem rosto” que, na ausência de um destinatário que permita discussão contraditória ainda faz aumentar a violência verbal. -----

O facto de sermos uma força de oposição não significa concordemos com a existência de tais perfis ou com a suas mensagens, que convenientemente nos tentam associar. A nossa representatividade no Executivo Municipal e na Assembleia Municipal permite-nos fazer oposição; concordar ou rejeitar propostas; levar a debate questões que os municípios nos fazem chegar. -----

Agora, caros concidadãos, façam uma reflexão sobre o 25 de Abril no nosso concelho. -

Terras de Bouro o Nosso Partido -----

Vereador e Membros da Assembleia Municipal-----

(Este assunto foi remetido ao DIAP de Braga e a ERC)” -----

De seguida referiu: “aquilo que eu tenho como crime, que é crime e por isso é que participei ao DIAP, nem sequer é a fraude a fundos comunitários. Por acaso o jornalista foi mais lesto. Nunca falei com o jornalista!” -----

De seguida referiu que o contacto do jornalista foi efetuado junto da Dra. Ana Genoveva que lhe referiu que já não integra o TBNP. Disse ainda que a participação que fizeram ao DIAP é a que está na publicação do Facebook e não a fraude a fundos comunitários. “A questão não tem que ver com o projeto PNPG Go, a questão tem a ver que a ALIVE é a dona do jornal Amarense”, disse.-----

Retomando a palavra o senhor Presidente esclareceu que o que os jornalistas fazem, seja do Amarense, do Geresão, do Correio do Minho, ou outro, é ir ao site do município e publicam as notícias que lá são publicadas. “Acusar o Município de compra do jornal é demais, porque não fizemos coisa nenhuma desse género”, disse. -----

Usou da palavra o Sra. Dra. Ana Genoveva Araújo para referir que se existe uma atividade ou evento a levar a cabo pelo Município que a mesma é comunicada aos órgãos de comunicação social que depois publicitam se entenderem. -----

De seguida referiu-se à declaração do Sr. Dr. Paulo Sousa em que este disse que não falou com o jornalista, *“mas depois disse que comunicou ao jornalista que eu já não fazia parte do TBNP.”* *“O jornalista enviou-me uma mensagem e eu não respondi absolutamente nada, até porque se tratavam de perguntas muito técnicas”*, disse. -----

Usou da palavra o Sr. Dr. Adelino Cunha para questionar se o que o Sr. Dr. Paulo Sousa pretende dizer é que o Município usou o projeto para pagar favores? -----

O Sr. Vereador respondeu que o que quer dizer é o que está na publicação já transcrita para a presente ata. -----

Retomando a palavra o Sr. Dr. Cristóvão Carvalho acrescentou que relativamente às notícias que são publicadas nos órgãos de comunicação social são muitas delas replicadas do site da autarquia, mas também existe no município uma mailing list, com contactos de órgãos de comunicação social para onde são enviadas as notícias às quais aqueles dão o tratamento jornalístico adequado. Todas as notícias publicadas no site e nas redes sociais, bem como as que enviadas aos órgãos de comunicação social são previamente aprovadas pelo executivo municipal. -----

No caso da Alive, empresa com a qual a Câmara Municipal trabalha desde os tempos do Sr. Dr. José Araújo, possui diversos CAE's, entre os quais o desenvolvimento de conteúdos. No caso deste projeto, cuja essência, são conteúdos, tivemos que desenvolver uma série de conteúdos para posterior implementação das atividades, como por exemplo o guião educativo, os conteúdos de exposições, os jogos didáticos, etc. ----

Usando da palavra o senhor Dr. Luís Teixeira questionou se os serviços municipais verificaram se se poderia ter efetuado o pagamento à Alive, pois uma altura em que estava em exercício de funções não se pôde pagar porque eles tinham dívidas à Segurança Social. -----

Usou da palavra o Dr. Paulo Antunes para esclarecer que o pagamento a qualquer entidade é precedido da verificação da situação regularizada perante a Segurança Social e a AT, solicitando-se regularmente as respetivas certidões à entidade em causa. -----

Retomou a palavra o senhos Dr. Luís Teixeira para questionar se no momento da contratação a empresa tinha a situação regularizada? -----

Respondeu o Dr. Paulo Antunes que em todos os procedimentos no momento da comunicação da intenção de adjudicação são solicitados, nos termos do Código dos Contratos Públicos, diversos documentos, entre os quais as certidões de não dívida à Segurança Social e à AT, o que se verificou no caso da referida contratação. -----

Retomando a palavra e aproveitando a presença do Sr. Dr. Cristóvão Carvalho, o Sr. Presidente solicitou que o mesmo apresentasse o projeto da Gastronomia, cujo contrato foi celebrado com a Sra. Eng.^a Sílvia Ramos. -----

Usando a palavra o Sr. Dr. Cristóvão Carvalho informou que o projeto está integrado numa candidatura que a CIM do Cávado desenvolver e que denomina de Minho Região Europeia da Gastronomia. -----

Prosseguindo disse que a CIM desenvolveu uma série de ações e, após reuniões das diversas CIM's do Minho, foi atribuído ao Município de Terras de Bouro uma verba de € 20.000 para desenvolvimento e elaboração de caderno de referenciais dos principais produtos do concelho e promoção de ações de capacitação. Nessa altura foi também referido que o prazo para conclusão do processo era de cerca de 2 meses, ou seja, até final de abril. -----

De seguida elencou os objetivos da candidatura referindo que se pretende certificar a confeção do Cabrito Biológico, dando continuidade ao projeto da Agricultura Biológica. Pretende-se, prosseguir, pegar num produto com elevada potencialidade e construir uma imagem de qualidade da sua confeção e comercialização. Para tal, o objetivo passará por contratar um Chef de renome para confeção do cabrito de duas formas, a tradicional e a gourmet. Após o desenvolvimento da receita e elaboração do caderno referencial seguir-se-ão a participação em feiras gastronómicas, regionais e nacionais, a realização de show chocking's junto dos restaurantes do concelho, o estabelecimento de parcerias com escolas superiores, a elaboração de um vídeo promocional e que culminaria com a criação da confraria do Cabrito Biológico do Gerês. Todas estas atividades estão incluídas no contrato celebrado com a Sra. Eng.^a Sílvia Ramos. Entretanto a pandemia da COVID-19 veio interromper o desenvolvimento de todo o projeto, aguardando-se indicações da CIM sobre os novos prazos associados a esta candidatura. -----

Usou da palavra o Sr. Dr. Luís Teixeira para perguntar se a CIM do Cávado exigiu alguma formação específica para as pessoas que vão desenvolver o projeto. -----

Retomou a palavra o Sr. Dr. Cristóvão Carvalho para responder que a CIM não fez qualquer exigência a esse nível, referindo que o que pediu foi celeridade uma vez que fizeram a comunicação tardiamente. -----

Solicitou a palavra o Sr. Dr. Paulo Sousa para agradecer a explicação do Dr. Cristóvão aproveitando para referir que ele e o Dr. Luís Teixeira são vereadores sem pelouro e a sua função é, única e exclusivamente, fiscalizar a atividade do executivo em permanência e que relativamente a este processo só pediu o roteiro do GSE. -----

Retorquiu o Sr. Presidente que também está aqui para esclarecer os senhores vereadores sobre as atividades do Município, pois além de lhe fornecer o documento, "*nada melhor que o acompanhar de esclarecimentos*". -----

De seguida o senhor Presidente deu a palavra ao Sr. Eng.º Nuno Antunes para esclarecer os processos relativos à redução do afastamento ao limite da propriedade constantes dos pontos 18 a 21 da ordem de trabalhos. -----

Após a apresentação técnica dos processos o Sr. Eng.º Nuno Antunes referiu que a Comissão Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios, decidiu não apreciar o processo relativo à Seli-na Operation Porto, por não estar sujeita a parecer uma vez que não se trata de UMA edificação. -----

Retomando a palavra, o senhor Presidente agradeceu a presença do Sr. Eng.º Nuno Antunes e questionou os senhores vereadores tinham questões a colocar ao técnico. Não se verificando qualquer questão o Sr. Eng.º foi dispensado da reunião. -----

De seguida o senhor presidente questionou se algum dos senhores vereadores desejava usar da palavra.-----

Usou da palavra o senhor Vereador, Dr. Paulo Sousa, para questionar se a empreitada de implementação de uma estação elevatória em Souto já estava prevista no processo do interceptor à ETAR que será construída.-----

De seguida solicitou o currículo do Encarregado de Proteção de Dados do Município. ---

Por fim, questionou se as Termas do Gerês já abriram ao público e em caso negativo, qual o motivo. -----

Retomou a palavra o senhor Presidente para esclarecer que a questão da estação elevatória é um processo das Águas do Norte e resulta da necessidade de, no limite da freguesia de Souto, no âmbito da construção do interceptor de Moimenta a Souto, ser criada uma estrutura que elevasse os resíduos e os conduzisse à ETAR. -----

Esta estação elevatória não constava da empreitada de construção do interceptor, mas já estava no projeto, da Águas do Norte, para a construção de todo o sistema. -----

Relativamente às Termas do Gerês disse que o problema que se verificou em 2019 ficou completamente resolvido perante as entidades competentes, com a execução pela concessionária de um novo furo. Entretanto, administrativamente, disse que se aguarda a emissão do levantamento da suspensão da DGS para comunicar a abertura, atraso que se verificou devido ao elevado acréscimo de trabalho que a pandemia da COVID-19 representou para a DGS. -----

Disse ainda que a concessionária executou todos os trabalhos que teria que efetuar e quando houver a autorização de abertura, abrirá com todas as suas valências, com exceção do SPA que estão genericamente impedidos de abrir no âmbito das medidas de contenção da pandemia da COVID-19.-----

Por fim referiu que não existe uma data definida para a abertura das termas, pois trata-se de um assunto que transcende quer o município quer a concessionária e que se encontra a estabelecer contactos para que no próximo ano as termas possam abrir no dia 1 de abril.-----

De seguida questionou se mais alguém desejava usar da palavra, o que não se verificou.-

Sendo doze horas e nada mais havendo a tratar, o senhor Presidente da Câmara Municipal deu por encerrada a reunião da qual se lavrou a presente ata que, depois de lida e aprovada, vai ser assinada nos termos da lei. -----